

UBUNTU: Subjetivação, Educação e Reconfiguração do Ensino Superior

UBUNTU: Subjectivation, Education and Reconfiguration of Higher Education

Edson Roberto de Jesus¹

Renata Leal Moreira¹

Bruna Rodrigues dos Santos¹

Camilla Alleon Carvalho Oliveira¹

Bárbara Ferreira¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i52.966>

Resumo: Esse artigo objetiva explicitar a vivência acadêmica de um coletivo antirracista composto por graduandos em psicologia de uma universidade privada do estado de São Paulo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória a fim de levantar e evidenciar temáticas sobre o racismo como estruturantes das relações humanas. Como resultado, através dos relatos vivenciados pelos estudantes, é notório a falta de identificação, sentimento de exclusão e sofrimento. À vista disto, considerando a essência desse tipo de estrutura, é fundamental a existência e resistência de coletivos antirracistas dentro da academia, assim como ações acerca da erradicação do racismo.

Palavras-chave: racismo estrutural; aquilombamento; coletivos.

Abstract: This article aims to explain the academic experience of an anti-racist collective composed of undergraduate psychology students at a private university in the state of São Paulo. To do so, exploratory research was carried out in order to raise and highlight themes about racism as structuring of human relations. As a result, through the reports experienced by the students, it is clear the lack of identification, feeling of exclusion and suffering. Therefore, considering the essence of this type of structure, the existence and resistance of anti-racist collective within the academy is fundamental, as well as actions about the eradication of racism.

Keywords: structural racism; aquilombamento; collective.

¹ Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O Coletivo Antirracista Neusa Santos nasce a partir da experiência do racismo dentro do ambiente acadêmico. Ocorreu quando, em uma aula de Metodologia de Pesquisa, foi questionado ao professor sobre o motivo para a dificuldade de encontrar artigos científicos que relacionassem o racismo a questões de sofrimento psíquico. O professor respondeu que o motivo era que não há evidências científicas que liguem o racismo ao adoecimento mental. Poderíamos pensar: como não há evidências, se temos estudos de Neusa Santos Souza, Frantz Fanon, Lélia Gonzales, Virginia Bicudo, Grada Kilomba, que são apenas alguns nomes de pessoas que se dedicaram ao estudo do impacto do racismo, mas que não são validadas pela academia, pois tratam-se de pesquisadores negros.

A escola é, ainda hoje, uma experiência traumática na vida de pessoas que não espelham o padrão eurocêntrico de humanidade, e é através da vivência escolar que começamos a compreender que algumas pessoas são mais humanas que outras. Podemos considerar que a escola seja um dos primeiros lugares onde pessoas negras são expostas a uma realidade permeada por uma dinâmica estrutural de privilégios, construída política, econômica, social e culturalmente para a manutenção da branquitude (Njeri, 2019).

Este artigo inspira-se na trajetória do Coletivo durante a III Campanha para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior da UNESCO, com ações realizadas entre agosto e novembro de 2022. O interesse na campanha vem do interesse do Coletivo em ter uma maior força de ação contra o racismo estrutural, amalgamado à nossa sociedade e presente nas instituições de ensino superior. O racismo, enquanto ideologia, hierarquiza um grupo social sobre o outro, onde o que está no “topo” desfruta de todos os privilégios e socialmente se movimenta para impedir o acesso dos demais grupos aos espaços relevantes da nossa sociedade.

Através de palestras, apresentações culturais, podcasts e a elaboração de uma cartilha antirracista, criamos caminho para sair de uma abordagem centrada na pessoa europeia para uma abordagem afrocentrada, a partir de uma perspectiva suleadora, que quer partir do Sul, com o sul e ir para o sul. Muitos alunos que se formam hoje não tem referências negras dentro da sua profissão e não é porque elas não existem, e sim porque não são apresentados dentro dos cursos. O apagamento simbólico de referências negro-africanas e ameríndias contribuem para

a manutenção da marginalização das formas de conhecimento, dos sujeitos, dos saberes e práticas desses povos (Pinheiro, 2023). Um dos objetivos do Coletivo é transformar esta realidade, e não conseguindo fazer esta mudança estruturalmente busca caminhos outros dentro da instituição na luta contra o epistemicídio.

Tudo o que foi feito só foi possível por existir um Coletivo dentro da universidade, formado por pessoas que tinham as mesmas inquietações e a mesma trajetória de sofrimento dentro de instituições de ensino, e que queriam que este espaço fosse diferente não só para si mesmas, mas também para todos os próximos que chegassem. Este tipo de aquilombamento é fundamental pois a união dos seus membros fortalece a re(e)xistência e traz emancipação para alunas e alunos negros, que passam a poder se ver em um lugar de humanidade, força e celebração da identidade negra.

2 RACISMO ESTRUTURAL

O racismo é compreendido essencialmente na concepção de *raça*. Munanga (2006) concebe *raça* como uma instância social e política, dado que entre o branco e o negro existe “um fosso sócio-histórico”. Para Almeida (2020) *raça* não é um termo cristalizado. Portanto seu conceito está impreterivelmente vinculado às contingências históricas em que é empregado. À luz de *raça* sempre há casualidade, conflito, poder e decisão, de tal maneira que se trata de um conceito *relacional e histórico*.

Nesse sentido, Achille Mbembe (2014) aduz que ao longo das gerações as populações de vários países colonizadores foram expostas à pedagogia da crença da superioridade e inferioridade das raças. A noção de *raça* balizar a concretude do imaginário acerca das humanidades não europeias como se fossem um ser menor. Esta relação hierárquica de subjugação ao diferente por valores raciais objetivou estes países a manterem povos colonizados e escravizados.

Segundo Santos e Daufemback (2021) essa perspectiva determinista, além de ocupar espaços de poder político, chegou também à academia, a partir de teorias eugenistas, para selar condutas morais, psicológicas e intelectuais. Assim, tal estrutura foi construída e reafirmada pela elite intelectual, ou seja, por sujeitos brancos.

O etnocentrismo da branquitude, portanto, contribuiu para que a ciência positivista se transformasse em teorias que naturalizaram a hierarquização de povos baseado nas diferenças físicas e culturais. Nesse contexto, criou-se o determinismo racial, uma espécie de condenação ou de prestígio por nascimento que marcou socialmente, culturalmente, economicamente e, por vezes, etnicamente, sujeitos de cor (Schwarcz, 1996, p. 171 *apud* Santos; Daufemback, 2021, p. 157).

À vista disso, Fanon (2020) compreende que o racismo é determinado historicamente e está em função da opressão sistemática de um povo, opressão essa que atravessa instâncias políticas, jurídicas, econômicas e psicológicas. O racismo, portanto, é um instrumento de opressão que a cada movimento moderniza suas ferramentas com objetivo de subalternizar corpos de cor sob a justificativa de que tais sujeitos são cristalizados em um lugar de inferioridade em sua realidade subjetiva e em seu agir enquanto ser histórico-cultural-social.

Sob essa perspectiva, Almeida (2020) define racismo como uma opressão materializada a partir da discriminação racial e é compreendido por seu caráter sistêmico. Assim, não se trata tão somente de um ato discriminatório ou de um conjunto de atos, mas, sobretudo, de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se repartem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações sociais, culturais e interpessoais.

O racismo transcende a ação individual do sujeito, tornando-se um movimento institucionalizado de opressão. Em paralelo, as relações inevitavelmente racializadas são regidas pelo poder não somente de um sujeito branco sob o negro, mas de um grupo, compreendido como branquitude, sob o outro. Segundo, Bento (2002), a branquitude é uma fotografia complexa de identidade, uma teoria de atores definidos por uma política de diferença, sujeitos a uma inconstância da história, do poder e da cultura. Assim, a branquitude denota o privilégio racial, econômico e político. Nessa dinâmica, as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção do status quo (Almeida, 2020).

Dado que a instituição está condicionada a uma estrutura social previamente existente, o racismo expressado é também parte dessa mesma estrutura. Portanto, o racismo é um elemento cristalizado nos arranjos sócio-históricos e econômicos. Conceituar o racismo como um elemento estrutural pressupõe que as estruturas culturais, sociais, econômicas, jurídicas e políticas estão à serviço

de contingentes de poder da branquitude e que, portanto, atuaram de maneira a alicerçar os mecanismos de manutenção desse lugar (Almeida, 2020).

Uma vez que o racismo se comporta como um balizador estrutural e estruturante das relações sociais e estruturais, Fanon (2020) conclui que o contato de uma pessoa negra com o mundo branco já a prejudica, pois, uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco.

À branquitude, o lugar de ser, a humanidade, a subjetividade, os direitos, a passividade e o existir. À negritude, o lugar de não-ser, o desumano, a imparidade, o não-direito, a intenção e a sobrevivência. Ao se deparar com a dicotomia de sua existência, o negro deseja ser branco, visto que ser branco é sinônimo de ser e existir plenamente e gozar de privilégios. A branquitude, em outras palavras, é estar em um lugar de gozo pleno de sua existência (Fanon, 2020). Assim,

Então nos coube enfrentar o olhar branco. Um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é um esquema puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo, reina uma atmosfera clara de incerteza (Fanon, 2020, p. 126).

Em complemento,

Eu havia criado, por baixo do esquema corporal, um esquema histórico-racial. Os elementos que utilizei não me foram fornecidos por ‘resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, vestibular, cinestésica e visual¹’, mas pelo outro, o branco, que teceu para mim milhares de detalhes, anedotas e relatos. Achava que tinha de construir um eu filosófico, equilibrar o espaço, localizar as sensações, e eis que me pediam um suplemento. ‘Olhe, um negro!’ (Fanon, 2020, p. 127).

O contato com o Outro branco culmina no sujeito negro sentimentos e inferioridade e não-pertencimento:

Quando criança e, principalmente, no início e meados da minha adolescência meu Eu esteve à serviço da branquitude; queria ser branca, ter olhos claros e cabelos lisos. Dos três, alisar o cabelo foi o único que se concretizou. Foram muitos anos à procura do ideal (Bruna Santos, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos)

¹ LHERMETTE, Jean. *L’Image de notre corps*. Paris: Ed. De la Nouvelle Revue Critique, 1939. p. 17.

A branquitude simplesmente não está interessada em entender o mal-estar causado pelo racismo que eles mesmos criaram (Renata Leal, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos)

Os depoimentos acima denotam o racional branco frente a negritude, que apoiado de suas ferramentas de opressão atua para manutenção do *ideal de Ego* e o *status quo*. Portanto, não interessa à branquitude compreender os efeitos psíquicos, socioeconômicos, políticos e jurídicos causados por si. Cabe, então, ao negro assimilar os contingentes das suas possibilidades de ser.

Nesse sentido,

Então nos coube enfrentar o olhar branco. Um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo reina uma atmosfera clara de incerteza (Fanon, 2020, p. 126).

Portanto, posto em frente ao *ideal de Ego* branco para o negro só existe uma porta de saída e ela se abre para o mundo branco (Fanon, 2020). Nessa dinâmica, o movimento de chegar ao Ego ideal é balizado pela negação, que fará reconhecer-se a partir do Outro branco, culminado em complexo de inferioridade.

Em última análise, o racismo é um instrumento positivista à serviço da branquitude. Suas ferramentas podem ser aplicadas de maneira institucional, estrutural, epistêmica, dentre outras, ramificando-se em âmbitos diferentes. Seus efeitos não se restringem apenas a realidade concreta, mas também e, talvez, principalmente, a realidade subjetiva de quem o sofre. Por fim, as coletividades compostas por negros que tensionam ambientes regidos pela branquitude, buscam, ao fim provar ao mundo branco a existência de uma civilização negra (Fanon, 2020).

3 CAMINHOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

As ações afirmativas, como as cotas, vêm para atender a uma luta dos movimentos negros, que buscavam e buscam reparação histórica e sanar uma dívida histórica que o Brasil possui com a população negra. Trata-se de uma medida emergencial, onde a proposta é o acesso da população negra ao ensino de nível

superior, que lhe foi negado ao longo da história. O acesso de alunos negros à universidade cria arranjos inter-relacionais, com o cruzamento da realidade e do capital social da instituição com as marcas históricas que atravessam esse corpo, sejam essas pessoas racializadas ou não, tais como: a falta de acessos, ausência de representatividade na instituição, epistemicídio, entre outros marcadores que conferem apagamento e o aniquilamento desses sujeitos (Bruno, 2019; Moreira *et al.*, 2021).

Uma das primeiras possibilidades de um aluno negro ter contato com o racismo epistêmico é quando se interessa pela produção acadêmica. Ele se deparará com barreiras como ter conhecimento em mais de um idioma, a exigência de estudar autores eurorreferenciados na sua pesquisa e a falta de representatividade no corpo docente. E mesmo nas aulas, nota-se uma resistência em alguns professores sobre o escurecimento dos temas trazidos em aula como o desconhecimento destes de autores negros e negras que também publicam sobre os temas que ali estão sendo discutidos. A estrutura acadêmica, racista, com práticas de exclusão que vão desde o corpo docente até o referencial teórico utilizado, é resultado de uma cultura racista internalizada e amplamente reproduzida, ao qual o acesso de alunas e alunos negros através de ações afirmativas tem tensionado cada vez mais (Bruno, 2019).

Estas práticas de exclusão não ficam restritas à sala de aula. Enquanto Coletivo, embora a nossa existência não tenha sido impedida, também não houve incentivos para que as nossas ações fossem realizadas. Percebe-se a ação de um racismo que, além de estrutural, é sistêmico e institucional. Sistêmico pois se relaciona às políticas e normas que regulam os sistemas de ensino superior (Mato, 2023) e institucional, pois as prioridades e escolhas de gestão privilegiam ou negligenciam determinados aspectos e acabam por infligir condições desfavoráveis à população negra e indígena (CFP, 2017). Ao longo da nossa trajetória nos deparamos com burocratizações desnecessárias e movimentos da instituição com vistas a controlar as ações de alunas e alunos dentro dos debates antirracistas. Apresentavam críticas de fundo racista sobre os comportamentos ou falas de convidados em atividades propostas e realizadas dentro do espaço acadêmico, pois a branquitude aceita ouvir grupos oprimidos apenas se a linguagem utilizada for familiar e confortável (Collins, 2019) e com o objetivo de manter a hegemonia e o modo eurocêntrico de transmitir ideias e conhecimento.

A ação colonial ao longo do século XIX, é um marco histórico importante e que gerou grandes consequências que reverberam até hoje nos mais variados âmbitos da nossa sociedade. O colonialismo – onde algumas sociedades exercem domínio político sobre as outras- atualizou-se criando formas de dominação que da mesma forma geram violência e segregação. No ambiente universitário continua prevalecendo o padrão de conhecimento eurocêntrico do colonizador, que impôs e continua impondo seus conhecimentos, costumes, ciências e práticas aos povos e nações colonizadas, onde o estabelecimento de uma desigualdade a partir da raça- que vai justificar a desumanização de corpos negros e indígenas- é a pedra angular do projeto de dominação hegemônico (Bruno, 2019; Reis, 2020).

Pessoas da academia se tornaram uma das forças hegemônicas internacionais mais eficazes, não por produzir experiências sociais homogêneas, mas uma homogeneidade de forças hegemônicas. As teorias ocidentais tornam-se ferramentas de hegemonia na medida em que são aplicadas universalmente, partindo do pressuposto de que as experiências ocidentais definem o humano (Oyewumi, 2021, p. 46-47).

Negar a capacidade de geração de saber de povos não europeus teve, como objetivo, a aniquilação das formas de conhecimento para a imposição de um saber universal, como parte de um processo de eurocentração (Reis, 2020). Fala-se de uma universalidade do conhecimento, como se este saber eurocêntrico pudesse representar e atender às realidades sócio-históricas de todo o mundo (Grosfoguel, 2016). Esta imposição é perceptível ainda na atualidade, nas “grades” curriculares dos cursos de graduação. Conforme o CensoPsi de 2022, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, ao questionar psicólogas e psicólogos sobre seus autores de referência, a grande maioria são, conforme Oyèrónké Oyewùmí, “HEBM – homens, europeus, brancos, mortos”.

Tabela 1 - Autores de referência

Tabela 2 – Autores de referência	N	%
Freud	3745	28%
Aaron Beck	1941	14%
Lacan	1546	11%
Carl Rogers	1170	9%
Skinner	1097	8%
Jung	1019	8%
Winnicott	953	7%
Judith Beck	821	6%
Friedrich Pearls	772	6%
Vygotsky	733	5%
Melanie Klein	354	3%
Martin Heidegger	319	2%
Foucault	317	2%
Jeffrey Young	310	2%
Viktor Frankl	284	2%
Jacob Moreno	260	2%
Steven Hayes	233	2%
Silvia Lane	226	2%
Robert Leahy	225	2%
Jorge Ponciano Ribeiro	212	2%
Sartre	205	2%

Fonte: CFP, 2022.

A Tabela 1 reflete a nossa vivência acadêmica, pois estes mesmos autores fundamentam a grade curricular do curso de Psicologia na qual estudamos. Há uma resistência da instituição quanto à inclusão de autores negros e temáticas étnico raciais uma vez que entendem que já cumprem o estabelecido na Lei 10.639 (Brasil, 2003) e na Lei 11.645 (Brasil, 2008) através de uma disciplina ofertada no modo online intitulada “Temas Transversais”, o que consideramos insuficiente. O apagamento simbólico de referências negro-africanas e ameríndias contribuem

para a manutenção da marginalização das formas de conhecimento, dos sujeitos, dos saberes e práticas desses povos (Reis, 2020). Perante a dificuldade de alterações estruturais o coletivo passa a buscar maneiras outras de vencer o racismo epistêmico na instituição. O objetivo não é invalidar os saberes já difundidos na academia, mas abrir espaço para outros saberes e outros paradigmas e assim incorporar a decolonialidade, que busca romper com o conhecimento posto como universal imposto pelo colonialismo e desenvolver a diversidade dos conhecimentos (Bruno, 2019).

Uma das estratégias possíveis contra o colonialismo epistemológico é pensar em outras formas de transmissão do conhecimento que não fiquem restritas ao modelo formal das instituições de ensino (Reis, 2020). Através da III Campanha para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior promovida pela Unesco demos início a uma série de ações distribuídas em diversos formatos, como palestras, atividades culturais, *podcasts* e a confecção de uma cartilha sobre letramento racial. Tivemos a oportunidade de trazer para o corpo docente e discente para o debate sobre como ocorrem as relações raciais dentro dos espaços acadêmicos e como isso ocorre com os alunos quando pensamos sobre as dificuldades não só de acesso como também de permanência de alunas e alunos negros ao nível superior. Trouxemos a baila o papel da branquitude na erradicação do racismo e a necessidade de que as pessoas brancas estejam implicadas na solução de um problema que, conforme Cida Bento (2022), não é só do negro. Debates também sobre os desafios para a construção de um ensino racializado no Brasil, do ensino básico ao ensino superior e sobre as dificuldades que permeiam toda esta caminhada acadêmica até chegar ao doutorado. Apresentamos faces da cultura negra através do rap e do candomblé, vivências que são marginalizadas e que tiveram lugar dentro do espaço acadêmico para falar de si e mostrar a sua importância como modelos de força e de resistência.

Quando propiciamos estes espaços de troca de conhecimentos e de debate de ideias e mostramos a relevância disso dentro da universidade, o corpo docente e discente tem a possibilidade de vivenciar de forma pragmática a construção de uma outra forma de viver a academia, “a partir da diversidade, do pluralismo epistemológico que reconheça a existência de múltiplas visões e que contribua para o alargamento dos horizontes, de experiências e práticas sociais e políticas alternativas” (Bruno, 2019, p. 64).

Para Fanon, a decolonização é uma forma de desaprender. Desaprender o que foi imposto através da colonização como um saber universal e que foi adotado no processo de normalização cultural, onde os povos não-brancos foram silenciados. A decolonização ocorre de forma individual e coletiva, em um “‘intelectual-revolucionário’, e a educação política significa abrir a mente e despertar a grande massa para o nascimento de sua inteligência (Fanon, 2005 *apud* Nunes; Giraldi; Cassiani, 2021). Decolonizar o conhecimento pressupõe reconhecer a qualificação da produção intelectual de sujeitos que historicamente marginalizados e relegados ao esquecimento.

4 ESCRIVÊNCIA: QUILOMBO, AQUILOMBAMENTO E COLETIVIDADE

No que se refere a epistemologia de palavras, conforme Munanga (1996) Kilombo é um termo originário dos povos de língua bantu. Bantu é um tronco linguístico que orienta as diversas línguas africanas. Em seu processo, o Kilombo africano refere-se a uma organização política, centralizada e com integrantes masculinos, precisavam de qualidades e forças específicas, de maneira organizadas possuíam guerreiros e líderes para seu funcionamento.

No contexto brasileiro, de forma "aportuguesada", Kilombo transforma-se em Quilombo, organizado novamente de forma política como o originário em África, reconstituído por pessoas escravizadas (Munanga, 1996). De forma organizada ocorriam as fugas das senzalas, ocupando o território brasileiro que estava à margem e com difícil acesso, esses locais se transformaram em ambientes de educação social e histórica. Nestes campos, todos os oprimidos da sociedade eram iniciados e ensinados sobre como demonstrar resistência em todos os sentidos da palavra (Munanga, 1996). Assim, a organização dos quilombos foi um elemento essencial, a pressão colaborou para reestruturação do sistema escravista e os caminhos para a liberdade.

“Quilombo” é um termo que vem sendo reutilizado e ressignificado. Contemporaneamente, o aquilombamento aparece de maneira frequente nos discursos de grupos racializados sobre socialização e resistência. É nítido que a recuperação do termo aparece, como antes, em um momento de necessidade. As constantes mudanças sociais, políticas e econômicas pedem que estruturas se movam.

Souto (2021) aponta, em um período em que existe muito medo, ódio, preocupação com nosso futuro, o ato de aquilombamento traz reconhecimento, calma e representatividade, a sensação de pertencimento e de que a luta não precisa ser solitária:

[...] nessa dinâmica, o embate interno sobre raça, subjetividade e identidade se tornaram mais intensos. Ao passo em que me questionava, refletia e remendava à medida do que era possível, surgiu um movimento entre alunos negros para a construção de um coletivo antirracista. Vi esse momento como uma chance para que pudéssemos, pelo menos, tensionar a estrutura embranquecida do ambiente acadêmico. Surge, então, o CAN [...] (Bruna Santos, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

[...] Meu contato com o racismo no ambiente acadêmico ocorreu em uma aula, onde questioneei ao professor sobre o motivo para a dificuldade de encontrar artigos científicos que relacionassem o racismo a questões da saúde mental. O professor me respondeu que o motivo era que não há evidências científicas que liguem o racismo ao adoecimento mental. [...] E a partir disso, e do desconforto de outros alunos negros nasce o CAN [...] (Renata Leal, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

[...] Me via sozinha, com poucos colegas negros e sem professores negros, até que durante o meu terceiro ano de graduação surge um movimento com alunos de outros semestres. Inicialmente a ideia era realizar um movimento de aquilombamento dentro do curso, mas logo o conjunto de pessoas tomou forma como coletivo e caminhou para o Coletivo Antirracista Neusa Santos [...] (Camilla Alleon, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

Silva e Santos (2022) entendem que a ressignificação do termo é bem-vinda, deixando claro em meio ao contexto histórico e social que o termo é uma maneira não só de resistência política, por meio de agrupamento, mas também de reencontro com sua ancestralidade e origem, de maneira que o termo vai para além do sentido de local físico de pertencimento, ele significa afetos, cultura, academia e até mesmo religião.

Ao fundar o coletivo, pensamos em um nome que pudesse expressar a força do aquilombamento, ao passo que também pudesse representar algum teórico afrorreferenciado. Nesse sentido, surge o Coletivo Abdias do Nascimento que, assim como o homenageado, tem como bandeira a luta antirracista e a valorização do povo negro. Após as reestruturações do Coletivo, revisitamos os nossos objetivos e a nossa identidade. O coletivo que era e ainda é formado por maioria feminina, e formado até então apenas por alunas do curso de Psicologia, sente a

necessidade de trazer em seu nome uma mulher negra, com grande contribuição nos estudos de saúde mental da população negra. Assim, o Coletivo passa a se chamar Coletivo antirracista Neusa Santos. Neusa Santos Souza, mulher negra, psicanalista e autora da obra Tornar-se negro- que traz reflexões sobre a construção subjetiva de descobrir-se negro e emancipar-se do ideal branco- reflete com prioridade a identidade de um coletivo que se mantém aquilombado, e que agora também traz em seu corpo, a força feminina e libertadora na luta antirracista.

Um coletivo, principalmente de cunho racializado, trabalha de forma que nega as estruturas que invalidam seus componentes. A própria existência de seus participantes já é um ato político. A união de pessoas que se apoiam e demonstram afeto, apesar de historicamente serem entendidos como pessoas que não o merecem, mostra resistência às estruturas sociais as quais são subjugadas (Oliveira *et al.*, 2022).

A existência de um grupo que tem como foco discussões raciais era algo novo no ambiente acadêmico, e realizou muitas diferenças para formação dos estudantes que escolheram adentrá-lo:

A primeira vez que conheci uma psicóloga negra, foi por intermédio do CAN. É engraçado... vim de um local periférico, mas ocupei locais onde nunca tinham pessoas negras. Alisava o cabelo, editava fotos para ficar mais clara, odiava meu nariz e o escondia sempre que possível. Na universidade, aprendi a gostar mais de quem realmente sou, e isso foi totalmente por causa do companheirismo que encontrei no coletivo (Bárbara Ferreira, participante do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

Junto à criação deste espaço para os alunos negros do curso, de maneira gradual, diferenças positivas foram ocorrendo na universidade. Diferenças essas, impostas e criadas por eles. A contratação de profissionais negros e a demanda em ter autores negros sendo apresentados em sala de aula foram as principais. Apesar do apagamento histórico para com profissionais de diversas áreas que não são brancos, intelectuais negros não são novidades nem raros. Na área da Psicologia, Psicanálise e principalmente em ambas as áreas brasileiras, existem, mas eram esquecidos em aulas:

Fui aprender que existiam autores da Psicanálise e Psicologia negros com meus colegas do CAN, colegas estes que eram calouros meus, tiveram as mesmas aulas que eu... o que mostrava que os conheciam também por

interesse particular. Para mim, isso nem era uma possibilidade. Não passava por minha cabeça a possibilidade (Bárbara Ferreira, participante do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

Segundo Souza (2008), o ato de aquilombar-se é caracterizado por ações de resistência e existência, ao longo de gerações, grupos aquilombados reivindicam direitos fundamentais voltados para coletividade, através de perspectivas sociais e culturais, como forma de exigir reconhecimento e identificação:

Nosso caminho até aqui não foi envolto de rosas... encontramos muitos espinhos, mas, a coletividade e resistência fizeram com que alcançássemos grandes conquistas. [...] Na universidade, não só, mas também, estas mesmas identificações interseccionam-se e aí, passamos a enfrentar, como podemos, opressões que atravessam, estraçalham nossas subjetividades e autoimagem. [...] A priori a universidade demonstrou estar feliz e engajada em realmente provocar a branquitude no ambiente. Entretanto, ao longo da construção do projeto e principalmente do evento, percebemos que esse apoio não era, de fato, engajamento antirracista. Ao passo que não tivemos apoio efetivo, fomos cobrados por resultados que só seriam possíveis com a parceria. Situações como essas me levam a refletir sobre até que ponto a discussão antirracista está à serviço de tensionar estruturas embranquecidas e racistas? (Bruna Santos, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

Portanto, coletivos como o Coletivo Antirracista Neusa Santos atuam nas estruturas políticas e sociais- neste caso, nas universidades- a fim de tensionar contingentes eurocentrados, como forma de buscar o reconhecimento cultural e de identificação de maneira coletiva. O ato de fazer com que corpos reiteradamente subalternizados e negligenciados tenham voz e as emancipem é revolucionário por si. Butler (2018, p. 276 *apud* Faria, 2020) afirma que: “corpos reunidos ‘dizem’ não somos descartáveis”.

[...] De fato, aprendemos muito no percurso, fizemos contatos, adquirimos experiência, produzimos conteúdos, mas ficamos com o questionamento até que ponto a estrutura pode ser mudada? Nossa expectativa como coletivo agora e para os próximos anos é ampliar os debates para fora do ambiente acadêmico e para outras áreas do saber, ampliando as discussões com outras fontes do conhecimento para além da psicologia, contribuindo para o conhecimento científico e apoiando a acessibilidade dos debates (Camilla Alleon, cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos).

A expectativa de futuro para os participantes do Coletivo Antirracista Neusa Santos é, como citado no relato acima, seguir com o trabalho de expandir nosso conhecimento acerca dos mais variados assuntos, sempre com enfoque racial. Hoje em dia, para além da ciência da Psicologia também, tendo um público maior e procurando ocupar espaços diversos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À sombra da história das relações humanas e de poder, o conceito de raça foi e é aplicado para hierarquização das civilizações. Esse mecanismo é empregado como balizador para dimensionar a qual raça pertence os saberes, os direitos e, sobretudo, a vida, em detrimento de outra. Em razão disso, a humanidade eugenicamente apartada em branquitude e negritude.

Historicamente, a branquitude adotou estratégias para dominar e monopolizar subjetividades racializadas, ao passo que sujeitos negros são dominados, explorados e açotados. À medida que esse movimento inundou sociedades diversas, ideias eugenistas impregnaram e balizaram os direitos e, essencialmente, a possibilidade de vida das civilizações negras e indígenas.

Assim, surge o racismo como estrutura condicionante das relações, de maneira a oprimir sistematicamente sujeitos ditos como racializados, a qual parasita nos âmbitos político, jurídico, econômico e psicológico. Essa ferramenta da branquitude não se restringe ao seu aspecto estruturante, mas ramifica-se em elementos epistêmicos.

O racismo epistêmico é uma das raízes do racismo estrutural. Seu movimento nas instituições de ensino, principalmente, culmina ao silenciamento de saberes aforreferenciados, considerando como único conhecimento possível aqueles que são fundamentados em autores brancos. Para além dos efeitos objetivos, o racismo epistêmico culmina em efeitos psicológicos.

A vivência das alunas da Universidade Cidade de São Paulo traz em sua narrativa os sintomas objetivos e subjetivos que o racismo produz, como a ausência de docentes negros nas salas de aula, a falta de saberes aforreferenciados, inferioridade, falta de identificação e sofrimento, respectivamente. Portanto, dado o contexto estruturante, o quilombismo ou aquilombamento é um movimento essencial para a reivindicação de saberes afros, corpo docente equânime

e manutenção de corpos negros nas universidades e da saúde mental dos alunos, sobretudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. *Lei n. 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. *Lei n. 10.639*, de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRUNO, J. S. Racismo epistêmico, tensionamentos e desafios à universidade. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens*, Anápolis, v. 4, n. 2, p. 40-70, 2019. Doi: <https://doi.org/10.32411/revistanos-2448-1793-v4n2-8435>

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro*. [Volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social]. Brasília: CFP, 2022

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. *Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017

FANON, F. *Pele negra, Máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, F. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. *Simbiótica*, Vitória, v. 7, n. 3, 2020.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

MATO, D. Contextualizar y desagregar la idea de "racismo estructural" para erradicar el racismo en la Educación Superior. In: CZARNY, G.; VELASCO, S.; NAVIA, C.; SALINAS, G.; GÓMEZ, M. (Org.). *Erradicación del Racismo en la Educación Superior*. Ciudad de México: Universidad Pedagógica Nacional, 2023.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MOREIRA, J. O.; SILVA, L. B.; JESUS, K. V.; LIMA, R. G. Do parcial das cotas ao inteiro das políticas afirmativas: Uma leitura psicanalítica sobre a atualidade da lei 12.711/2012. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 583-602, ago. 2021. Doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n2p570-589>

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2006.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

NJERI, A. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília, n. 31, p. 4-17, maio/out. 2019. Doi: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28253>

NUNES, P. V.; GIRALDI, P.; CASSIANI, S. Decolonialidade na educação em ciências: o conceito de bem viver como uma pedagogia decolonial. *Revista Interdisciplinar Sulear*, Ibirité, ano 4, n. 9, abr. 2021.

OLIVEIRA, R. T.; VELAME, J. V.; SILVA, W. B.; SILVA, U. G.; SANTOS, A. M. A.; SANTIAGO, M. P. Nean Oju Obá: enfrentamentos e aquilombamento de estudantes negras e negros da Universidade Federal da Paraíba. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 1-14, 2022. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203132>

OYEWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

PINHEIRO, B. C. S. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta, 2023

REIS, D. S. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de

filosofia. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, p. 1-20, 2020.

SANTOS, P. V.; DAUFEMBACK, V. Racismo Estrutural: uma revisão teórica desta prática construída historicamente. *Redes - Revista Interdisciplinar do IELUSC*, Joinville, n. 4, p. 153-66, dez. 2021.

SILVA, R. B.; SANTOS, G. Aquilombar, Verbo Intransitivo: Experimentações Dialogadas entre Clóvis Moura e Beatriz Nascimento em Aquilombagem Crítica. *Confluenze - Rivista Di Studi Iberoamericani*, Bologna, v. 14, n. 2, p. 351-80, 2022. Doi: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13857>

SOUTO, S. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142-59, jul./dez. 2021.

SOUZA, B. O. *Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro*. 2008. Tese (Mestrado em Antropologia Social)- Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, p. 106-109. 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf

Sobre os autores:

Edson Roberto de Jesus: Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Atualmente é Professor e CLT da Universidade Cidade de São Paulo como Coordenador da Área Tecnológica de Comunicação do Centro de Tecnologia da Cidade- CETEC. Professor de Ensino Fundamental e Médio da disciplina de História da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo. Fotógrafo, Produtor Cultural e Coordenador do Projeto Rua do Samba Paulista. Diretor da Kizomba Produção Cultural Ltda. **E-mail:** edson.jesus@unicid.edu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0008-4155-2131>

Renata Leal Moreira: Graduanda em Psicologia pela Universidade Cidade de São Paulo. Cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos. **E-mail:** rehlealmoreira@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0008-5317-6284>

Bruna Rodrigues dos Santos: Graduanda em Psicologia pela Universidade Cidade de São Paulo. Cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos. **E-mail:** rsantos.bruna@outlook.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0002-2521-8973>

Camilla Alleon Carvalho Oliveira: Graduanda em Psicologia pela Universidade Cidade de São Paulo. Cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos. **E-mail:** psi.camillaalleon@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0006-4541-1569>

Bárbara Ferreira: Graduanda em Psicologia pela Universidade Cidade de São Paulo.

Cofundadora do Coletivo Antirracista Neusa Santos. **E-mail:** can.unicid@gmail.com,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8094-8429>

Recebido em: 13/05/2023

Aprovado para publicação em: 31/10/2023

